



SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO	21
-------------------------	----

2

DIREITOS FUNDAMENTAIS: DA HERANÇA À VIDA PRIVADA	27
2.1 DIREITO À HERANÇA: CONCEITO, ORIGEM E LIMITAÇÕES	28
2.1.1 Conceito e justificação histórica da sucessão privada	29
2.1.2 Objeto da herança: a regra da transmissão de relações jurídicas dotadas de valor econômico	40
2.2 DIREITOS DA PERSONALIDADE: A TUTELA DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS EXISTENCIAIS E A POSSIBILIDADE DE LIMITAÇÕES VOLUNTÁRIAS	50
2.2.1 A essencialidade dos direitos da personalidade	51
2.2.2 Limitações voluntárias: a (in)transmissibilidade e a (ir)renunciabilidade dos direitos da personalidade.....	71
2.3 DIREITO À VIDA PRIVADA: A AUTONOMIA EXISTENCIAL COMO POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DA PRIVACIDADE EM QUESTÕES AFETAS À INTIMIDADE	93
2.3.1 A necessária releitura: entre o <i>right to be let alone</i> e a proteção dos dados pessoais.....	96
2.3.2 Autonomia existencial e os limites de disposição à vida privada	110

3

DESAFIOS DA TRANSMISSÃO HEREDITÁRIA DOS BENS DIGITAIS: O ESTADO DA ARTE NO BRASIL E A EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA	123
3.1 NOÇÕES PRIMORDIAIS SOBRE OS BENS DIGITAIS E OS PROJETOS DE REGULAMENTAÇÃO NO BRASIL	124
3.1.1 Bens digitais: classificação de situações jurídico-patrimoniais, existenciais e patrimoniais-existenciais	125
3.1.2 Os diferentes rumos legislativos da “herança digital”	136
3.1.3 Críticas às iniciativas legislativas	152
3.2 “HERANÇA DIGITAL” NA EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA	167
3.2.1 Europa: o nascimento da lógica da transmissão universal dos bens digitais	168
3.2.1.1 Alemanha: o <i>leading case</i> da “herança digital”	169
3.2.1.2 Espanha: <i>Ley Orgánica</i> 3/2018 e a regulamentação da transmissão universal dos bens digitais	177
3.2.2 Estados Unidos: <i>Revised Uniform Fiduciary Access to Digital Assets Act</i> (RUFADAA)	181

4

INEREDITARIEDADE DE SITUAÇÕES JURÍDICAS EXISTENCIAIS COMO FORMA DE PROTEÇÃO AO DIREITO À VIDA PRIVADA.....	195
4.1 “HERANÇA DIGITAL” E OS TRIBUNAIS BRASILEIROS.....	196
4.1.1 Reflexos da lacuna normativa sobre a sucessão dos bens digitais	197
4.1.2 A busca por soluções adequadas: colisão entre direitos fundamentais à luz do teste da proporcionalidade	210

.....

4.2	BENS DIGITAIS HEREDITÁVEIS E INEREDITÁVEIS	226
4.2.1.	Correntes doutrinárias sobre o tema no Brasil	226
4.2.2	Nem tanto ao céu nem tanto à terra: a escolha pelo caminho da tutela à vida privada do <i>de cujus</i> e de seus terceiros interlocutores.....	242
4.3	PLANEJAMENTO DA SUCESSÃO DOS BENS DIGITAIS.....	253

5

CONCLUSÃO.....	269
POSFÁCIO.....	279
REFERÊNCIAS	283